TL4259

CARTA ABERTA

AOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA

E PERSONALIDADES

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia da República,

Excelentíssimo Senhor Primeiro Ministro,

Excelências:

Assunto: Timor-Leste
Porto, 20 de Maio de 1984

(1.- PORQUE ESCREVEMOS)

Três ordens de razões nos obrigam, em consciência, a escrever a Vossas Excelências:

1º.- A extensão e persistência do drama do Povo Maubere, vítima de genocídio físico e cultural desde que a Indonésia invadiu e ocupou, pela força, o território de Timor-Leste;

2º.- As particulares responsabilidades históricas, morais e políticas de Portugal, enquanto antiga potência colonizadora e actual estado administrante, em face do direito internacional e das resoluções das Nações Unidas, e as responsabilidades legais, claramente expressas no artº 297º da Constituição da República, que afirma que "Portugal continua vinculado às responsabilidades que lhe incumbem, de harmonia com o direito internacional, de promover e garantir o direito à independência de Timor-Leste."

3º.- A aparente inoperância do Governo, no sentido de dar execução ao preceito constitucional, e as declarações que o Primeiro Ministro e o Ministro dos Negócios Estrangeiros fizeram, em fins de Março passado, pelas quais pareciam dispostos a ignorar não só o artigo da Constituição acabado de citar, mas também as normas básicas do direito internacional, e preparar-se para legitimar uma ocupação criminosa e a todos os títulos ilegítima, que o Povo Maubere sempre repudiou e continua, muito claramente, a repudiar, e contra a qual tem lutado com tanto sacrifício e heroicidade.

Embóra tenhamos que ser críticos, é com um espírito construtivo e para evitar erros ainda mais graves do que os que Portugal já cometeu, relativamente a Timor-Leste, que escrevemos, tendo em vista uma solução digna e justa para este tão esquecido mas tão dramático problema.

(2.- NECESSIDADE DE RECOLHER E DIVULGAR INFORMAÇÕES)

Infelizmente, ao fim de mais de oito anos de bárbara ocupação de Timor-Leste por uma potência estrangeira, os sucessivos governos portugueses, de diversas orientações políticas, ainda não se mostraram capazes, ou interessados, em criar, sequer, os mecanismos necessários à recolha da imprescindível informação sobre a situação no território.

Ao fim de mais de oito anos de guerra e de incontáveis sofrimentos que sofrem cidadãos sob responsabilidade portuguesa, nunca, até hoje, governante algum foi capaz de esclarecer os portugueses e o mundo sobre a trágica situação do Povo Maubere. Se alguém o fez, foram outros cidadãos portugueses, desprovidos de meios e de apoios oficiais e - honra lhe seja feita - a Comissão Eventual da Assembleia da República para Acompanhamento da Situação em Timor-Leste, criada em 1982, e cujo secretariado, depois de contactos com refugiados - em Lisboa e na Austrália - e duma deslocação à sede da ONU, produziu um importante e esclarecedor relatório. Alguns dos seus membros compararam, então, Timor-Leste a um enorme campo de concentração.

Na sequência das informações então recolhidas, pôde o Governo Português da altura, desencadear uma campanha diplomática que, por ser tardia e mal preparada, alcançou magros frutos. Os suficientes, no entanto, para Portugal não sofrer a vergonha de uma derrota nas Nações Unidas em 1982. Nesta campanha se inseriu o histórico discurso que o então Primeiro Ministro Pinto Balsemão fez perante a Assembleia Geral da ONU.

Por diversas vezes temos chamado a atenção de governantes portugueses para a necessidade de se informarem sobre a situação prevalecente em Timor-Leste, quer junto dos refugiados, quer através dos missionários e das personalidades e instituições com quem estes estão em contacto, quer através da organização que lidera a resistência armada à ocupação do território - isto é, da Fretilin.

Mas, embora tenhamos conhecimento de que, periòdicamente, congressistas

americanos e parlamentares doutros países, bem como organizações cristãs dos EUA da Grã-Bretanha e outras, enviam delegados seus a Lisboa ou a outros locais expressamente para se informarem, junto de refugiados e de missionários vindos de Timor, sobre a situação no território, não temos conhecimento de procedimento parecido, sequer, da parte dos sucessivos governos portugueses.

Nestas circunstâncias não admira, pois, que o Primeiro Ministro de Portugal, na sua última deslocação aos Estados Unidos, e à pergunta feita pelo jornalista Dan Southerland, do Christian Science Monitor, na Conferência de Imprensa que concedeu no Madison Hotel de Washington, em 15 de Março de 1984, sobre o modo como descreveria (o Primeiro Ministro Mário Soares) a situação em Timor-Leste, se tenha visto obrigado a responder que o principal problema, para começar, era não ter informação suficiente, e não poder confiar no tipo de informação que lhe chega sobre Timor-Leste...

É evidente que, se o Governo Português pouco ou nada fizer para se informar - através de múltiplas fontes - sobre o que se passa em Timor-Leste, deixa de poder definir uma política adequada ao problema em causa.

Sem informação bastante e suficientemente segura, os Órgãos de Soberania ficam sem meios para esclarecer terceiros e sem possibilidades de desenvolver campanhas diplomáticas ou quaisquer outras acções credíveis e eficazes.

Naturalmente que a potência ocupante tira partido da ignorância do Governo Português, e vai fazendo as suas campanhas diplomáticas assentes numa propaganda mentirosa mas bem orquestrada. Com essa propaganda e uma acção internacional em que mistura interesses económicos, geo-estratégicos, políticos e religiosos, a Indonésia vai conquistando apoios para a sua política expansionista e genocida, sem encontrar, da parte de Portugal, a contrapartida que este podia e devia opôr.

Exemplo dramático disto mesmo foi o que se passou, no ano passado, em torno das conversações de Março entre o Comandante-em-Chefe das Falintil e o Comandante das Forças Armadas Indonésias estacionadas em Timor-Leste, em que muitos responsáveis portugueses não viram mais do que uma rendição da Fretilin, tal como, muito mentirosamente, a propaganda indonésia as fez apresentar!

E assim perdeu, Portugal, uma excelente oportunidade para interferir no processo de forma positiva e construtiva...

(3.- PORTUGAL, RESPONSAVEL PELO APAGAMENTO DA QUESTÃO NOS AREOPAGOS INTERNACIONAIS)

Quando, em 1982, o Secretariado da Comissão Eventual da Assembleia da República se deslocou a Nova York, confirmou, na sede das Nações Unidas, aquilo que já sabíamos por outras fontes: - que a diplomacia portuguesa desenvolvia uma actividade mínima, sem adequado suporte informativo, sem determinação e sem empenhamento, pautada mais pelo silêncio, do que pela acção esclarecedora e interventora.

Significativo desse alheamento e desinteresse é o facto de a quase totalidade das resoluções aprovadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas não ter sido proposta por Portugal. A delegação portuguesa limitou-se, na maior parte dos casos, a votá-las, cabendo, no entanto, a iniciativa da sua redacção e proposta, a outros estados. A resolução de 1982, de que Portugal também foi co-autor, é uma excepção a esta triste regra...

Infelizmente, os governantes portugueses têm sido muito menos pressurosos a denunciar os crimes de que tem sido vítima o povo de Timor-Leste, do que numerosas personalidades estrangeiras. Além disso, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Dr. Jaime Gama, em vez de tirar partido das intervenções que numerosos membros do Parlamento Britânico, do Parlamento Europeu, ou do Congresso Americano (além de muitas outras personalidades portuguesas, australianas e outras) fizeram recentemente, em defesa do povo de Timor-Leste, foi ao ponto de ridicularizar as tomadas de posição de congressistas americanos, em conferência de imprensa em 30.3.84 em que as apodou de"demagogia" !

Nestas circunstâncias é caso para perguntar se o Governo - a quem os representantes dos estados africanos de expressão oficial portuguesa têm chamado, por diversas vezes, a atenção para as responsabilidades de Portugal relativamente a Timor-Leste - se pode queixar da "hipocrisia internacional" ou se, antes pelo contrário, se tem de admirar por haver, ainda, nas Nações Unidas, quem defenda o direito à autodeterminação de um povo que está, legalmente, sob responsabilidade portuguesa e que os governantes portugueses tanto têm abandonado...

(4.- O RECONHECIMENTO DA INTEGRAÇÃO SIGNIFICARIA UM TERRIVEL AGRAVAMENTO DA SITUAÇÃO HUMANITARIA DO POVO DE TIMOR-LESTE)

Por afirmações públicas, quer do Primeiro Ministro quer do Ministro dos Negócios Estrangeiros - as quais, infelizmente, ainda não foram, pelos próprios, nem desmentidas, nem esclarecidas, tão publicamente como foram ditas - parece desenhar-se, por parte do Governo, uma política de completa cedência à Indonésia relativamente a Timor-Leste, preparando o reconhecimento da integração do território na potência ocupante.

Poderão os governantes portugueses dizer que se trata de uma política "realista" e "humanitária". Diversas personalidades, quer australianas, quer americanas, quer britânicas, ou mesmo indonésias e portuguesas, não pensam o mesmo. Algumas dessas personalidades têm tido muito mais preocupação e cuidado em se informarem sobre o problema de Timor-Leste do que alguns dos principais governantes portugueses. E a sua opinião fundada, que coincide com a nossa, é a de que o reconhecimento, por parte de Portugal, da integração de Timor-Leste, interessa à Indonésia apenas como meio de diminuir as pressões internacionais. Uma vez liberta dessas pressões, a Indonésia não hesitaria em endurecer a sua actuação em Timor-Leste, e poderia, mesmo, promover o genocídio, quase completo, do Povo Maubere.

Diversas cartas e documentos recentes confirmam, exatamente, essa perspectiva, e levam a concluir que uma cedência portuguesa neste aspecto significaria, para o povo do território, uma situação humanitária ainda pior do que a que tem prevalecido até hoje.

De pouco valeriam as promessas em contrário que os dirigentes indonésios pudessem fazer. Há, em Portugal, quem conheça os negociadores indonésios, nomeadamente através das conversações de 1974, 1975 e seguintes, e saiba de que são, os mesmos, capazes...

A experiência do ano passado é esclarecedora. A nós não surpreendeu o recomeço das hostilidades, e previmos, publicamente, que tal aconteceria, numa altura em que o Ministro dos Negócios Estrangeiros Português se mostrava convicto do contrário... O gesto de aparente apaziguamento das autoridades de Jakarta, correspondente às conversações de Março de 1983, preludiava campanhas ferozes de massacre e aniquilamento, que só a ignorância sobre o problema impedia de prever...

A Igreja já sabe, hoje, o preço que está a pagar pela cedência que as autoridades indonésias viram na substituição de Monsenhor Martinho Lopes na direcção da diocese de Dili... A prisão e"desaparecimento" do Padre Domingos Soares, de Ossu, é apenas um dos resultados. Outros podem ler-se em carta de Monsenhor Ximenes Belo a Monsenhor Martinho Lopes, da qual o Expresso publicou, recentemente, alguns extratos.

Não podem, pois, ser invocadas, com propriedade, razões humanitárias, para justificar cedências em questão tão fundamental como seja a aceitação, por Portugal, da integração de Timor-Leste na Indonésia. Só o desconhecimento das realidades timorense e indonésia - que o Primeiro Ministro honestamente confessa e de que o Ministro dos Negócios Estrangeiros tem dado provas - é que poderiam justificar a utilização desse argumento.

(5.- <u>O DIREITO, A JUSTIÇA, AS RAZÕES HUMANITÁRIAS E POLÍTICAS, EXIGEM QUE SE DEFENDA A AUTODETERMINAÇÃO DO POVO DE TIMOR-LESTE</u>)

Em nossa opinião também as razões estratégicas e políticas não são a favor de tal abdicação.

Naturalmente que, em relação a este assunto, as opiniões são várias. Mas parece claro que as cedências portuguesas à Indonésia, em 1974 e 1975, em vez de evitarem um pequeno problema (mais imaginário do que real...) criaram um grande e cada vez mais grave problema, não só para a Indonésia, mas até para a estabilidade da região. Os projectos australianos relativos à fabricação da bomba atómica - com receio do expansionismo javanês - são, disso mesmo, um sinal. As divisões que a guerra em Timor está, muito claramente, a cavar entre os dirigentes políticos e militares indonésios, são outro.

Em 10 de Maio de 1983 o Comandante-em-Chefe das Falintil, Kay Rala Xanana Gusmão, afirmava, em comunicado:

"A Fretilin declara que o Povo Maubere está consciente da sua inserção no Sudeste Asiático. A Fretilin declara, por isso mesmo, que não desejou, não deseja, nem desejará que Timor-Leste seja um foco de irradiação de conflitos (...). O Povo Maubere sabe que deve respeitar os interesses dos seus vizinhos (...)."

Nestes oito anos de guerra, muitos dirigentes da Fretilin morreram. Outros amadureceram. E, hoje, a Fretilin é, cada vez mais, um movimento de libertação nacional, símbolo da Resistência e sinal de Esperança para o Povo Maubere.

Detentora de enorme apoio popular e da força que lhe vem de ter já resistido às mais terríveis operações de "aniquilamento" tentadas pelo maior exército da região, durante mais de oito anos, não se mostra minimamente disposta a ceder numa questão tão fulcral como seja a da autodeterminação do seu povo. Acreditar na propaganda em contrário que a Indonésia pudesse fazer, seria, hoje, ainda mais errado do que o foi, já, em 1983!

Não foi em vão que cerca de duzentos mil timorenses verteram o seu sangue na defesa da sua identidade própria como povo!

Tudo isto são factores a ponderar, em termos políticos, com vista a uma solução do problema.

Parece-nos que as condições actuais são propícias ao diálogo político e ao entendimento pacífico. Mas, se nesse diálogo e entendimento não se pode menosprezar a Indonésia, muito menos se pode desprezar o povo de Timor-Leste. Não é só a Indonésia que tem uma"face" a não perder. E também, e sobretudo, o Povo Maubere que tem "face" e direitos a serem respeitados, e Portugal, também, que tem uma dignidade a salvaguardar.

(6.- O PLANO DE PAZ PROPOSTO PELA FRETILIN E UMA BASE DE TRABALHO LEGITIMA E POSITIVA)

Aquando das conversações de Março de 1983, a Fretilin propôs às autoridades indonésias de ocupação, um Plano de Paz que previa uma solução justa e pacífica do problema mediante a organização de consultas livres e democráticas ao povo de Timor-Leste.

Este plano tem vindo a ser sucessivamente reiterado, quer pela direcção da Fretilin no território, quer pelos seus representantes no exterior, que ainda recentemente, o relembraram publicamente, sob a forma seguinte:

"1)- No âmbito das Resoluções 1514 (XV) e 1541 (XV) da Assembleia Geral da ONU, sob a mediação do Secretário Geral desta Organização, deverão ser encetadas Conversações directas entre

Portugal, Indonésia e Fretilin, no quadro das Nações Unidas, para debater sobre:

"1.a)- A constituição de uma Força de Paz da ONU ou uma força multinacional, devendo assegurar a sua imparcialidade como condição indispensável para garantir e viabilizar:

- "O funcionamento de uma Administração transitória;

- " A implementação correcta das decisões tomadas ao longo do Processo de Diálogo sobre o estacionamento das forças beligerantes - Falintil e Forças Indonésias.

"1.b)- A organização de consultas livres e democráticas ao Povo Maubere.

"1.c)- A marcação de uma data para a transferência da soberania.

"2)- Reserva-se à Austrália o direito de participação nas conversações como observador.

"3)- Mais observadores poderão ser aceites desde que propostos em igual número por cada uma das partes referidas no ponto 1) e acordadas por todos."

E indubitável o alto significado desta proposta, e extremamente significativo o facto dela ter sido apresentada, nos seus aspectos básicos fundamentais, aquando das conversações preliminares solicitadas pelas autoridades indonésias de ocupação e realizadas, em território controlado pela Fretilin, em Março de 1983.

E indubitável que se trata de uma proposta legítima, razoável e muito positiva, que muito honra quem a propôs. A sua democraticidade e a concordância com os princípios básicos do direito internacional e da carta das Nações Unidas são manifestas.

Apesar de tudo isso, e das tentativas da Fretilin, no sentido de dar a conhecer este plano aos Orgãos de Soberania Portugueses e de com eles dialogar sobre o mesmo, ao fim de mais de um ano sobre a sua apresentação, este Plano de Paz tem sido completamente ignorado pelos principais responsáveis portugueses. Pelo menos nas suas declarações e manifestações públicas.

Como bem lembrou o Sr. Deputado Sottomayor Cardia, na sua intervenção de 3 de Abril de 1984 na Assembleia da República, "no mundo da diplomacia, e perante casos graves, o silêncio e o esquecimento deliberado são um instrumento de acção tão corrente como qualquer outro. (...) Mas seria em si mesmo grave que o Estado envolvido num conflito internacional sobre ele guardasse silêncio."

Gostaríamos de ter razões para concluir, como fez o Sr Deputado no seu discurso, que "tal não é nem podia ser a posição de Portugal." Infelizmente o que conhecemos das posições e atitudes dos nossos governantes, cujo silêncio tem sido cortado, nos últimos meses, por declarações públicas pouco claras ou graves, não nos permite tirar a mesma conclusão.

Antes pelo contrário, parece-nos que o silêncio dos governantes portugueses a este respeito, a falta de informação que revelam, o desinteresse ou até o desdém com que o Ministro dos Negócios Estrangeiros tem vindo a tratar as propostas e iniciativas positivas de terceiros, relativamente a Timor-Leste, se inserem melhor numa política de abandono, muito do agrado da Indonésia e de alguns países seus "amigos" ou aliados, do que numa política que defenda o direito e o que é justo para o Povo Maubere e digno para Portugal.

Em resultado desse silêncio, a situação diplomática continua a degradar-se, como se o Governo esperasse perder toda a margem de manobra nas Nações Unidas para depois se sentir justificado ao "ver-se forçado" a aceitar uma política de"factos consumados". Parece que os governantes esquecem que, desde a primeira hora, dirigentes socialistas tiveram responsabilidades importantes no processo que conduziu à situação actual em Timor-Leste.

E triste que, mais uma vez, sejam outros estados - os países africanos de expressão oficial portuguesa - a apoiar, explícita e concretamente, o Plano de Paz proposto pela Fretilin...

E é uma indignidade,para Portugal, a sua auto-marginalização deste problema que tão directa e profundamente lhe diz respeito.

Injusta e contraproducente é, também, a marginalização a que os Orgãos de Soberania mais directamente responsáveis pela questão têm votado a Fretilin. Esquecem que ela é o único movimento de libertação do território como tal reconhecido internacionalmente. Ao dificultarem, assim, o diálogo com um movimento com o qual as próprias autoridades de ocupação indonésias conversaram, os governantes portugueses estão a obstruir pontes para uma solução pacífica do conflito, e a contribuir para a sua eternização.

(7.- CONCLUSÃO)

Somos de opinião que, a bem da Justiça, do Direito e da Dignidade Nacional, Portugal precisa de assumir plenamente as suas responsabilidades relativamente a Timor-Leste e, antes de mais, de se informar e divulgar informações sobre o problema.

Pensamos que os Orgãos de Soberania a quem a Constituição atribui particulares responsabilidades neste assunto - Presidente da República e Governo - devem dialogar com a Fretilin e estudar o Plano de Paz proposto por este movimento de libertação desde Março de 1983, tratando-o como uma proposta legítima e positiva com vista a uma solução justa e razoável deste dramático problema.

Excelências,

a situação do povo de Timor-Leste é demasiado grave e dramática para se tolerar o abandono a que o votou a potência administrante.

E tempo de corrigir os erros acumulados ao longo de todos estes dez anos, desde que em Abril de 1974 uma nova Esperança de Justiça e Dignidade nasceu para os Portugueses - para os timorenses também!

E tempo de respeitar a Constituição e o direito internacional.

E tempo de construir a Paz, com base no Direito e na Justiça.

E tempo de olhar com atenção para o martirizado Povo Maubere, e de assumir o seu drama com coragem e dignidade.

Respeitosamente

Comissão para os Direitos do Povo Maubere - Braga

Comissão para os Direitos do Povo Maubere - Coimbra

Comissão para os Direitos do Povo Maubere - Lisboa

Comissão para os Direitos do Povo Maubere - Porto